

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM

GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**Austrália cada vez mais ativa no
Mar do Sul da China**

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 191 • 28 de setembro de 2023

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [MV-22 Osprey pousando a bordo da doca de helicóptero de pouso HMAS Canberra \(L02\) da Marinha Real Australiana](#)

Por: Wikimedia

Fonte: Wikimedia

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Ribeiro de Paula (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)
Rafael Henrique de Almeida Bandeira Araujo (UFRJ)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Isabela Sússekind Rocha Torres (PUC-Rio)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora Azevedo Osuna Bittencourt (UFRJ)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (PUC-Rio)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Gabriel Willian Duarte Constantino (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangureira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

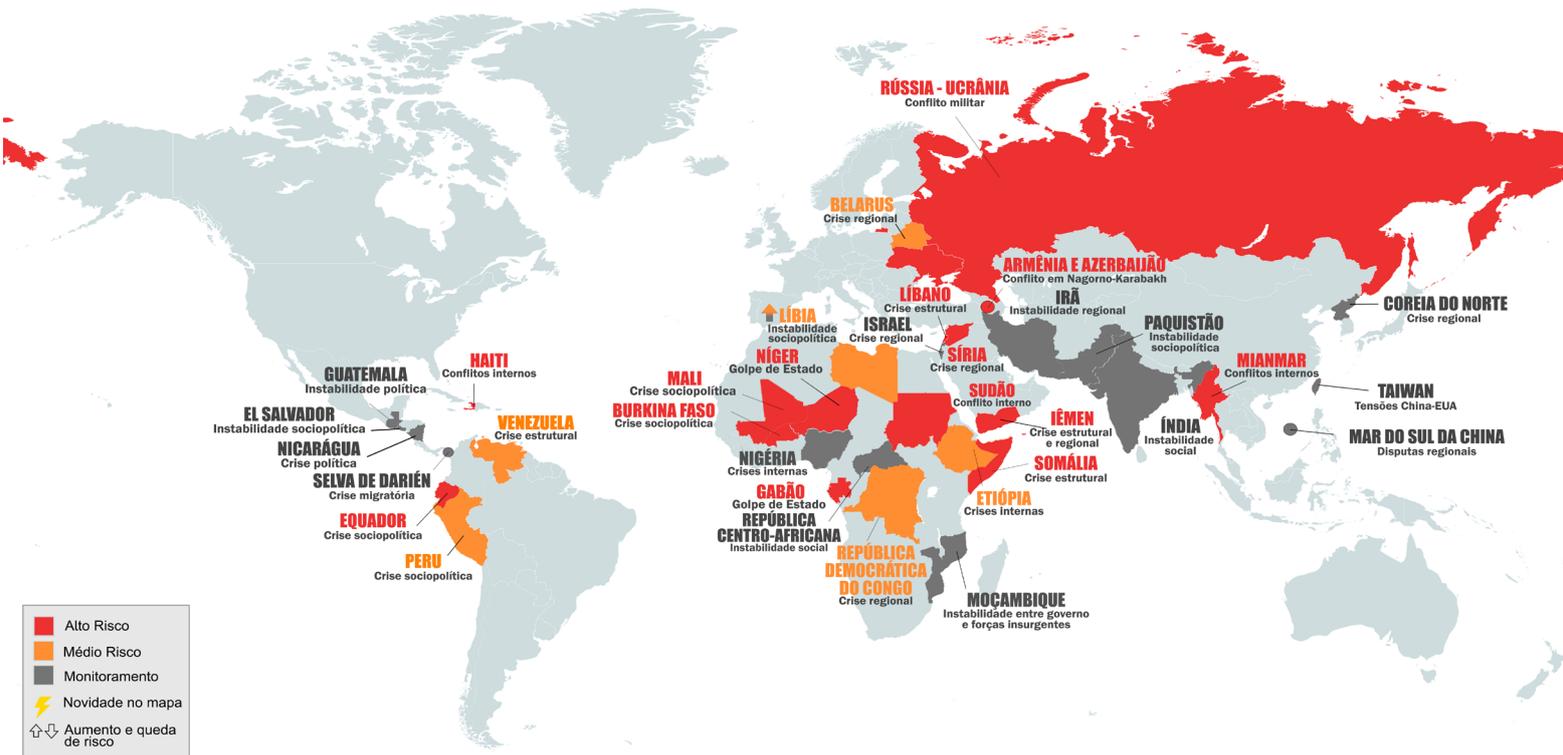


SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
O agravamento da crise alimentar na Venezuela.....	5	As principais implicações estratégicas do crescimento da indústria naval da China	12
<i>Mare liberum?</i> A cobrança de pedágio nos Rios Paraná e Paraguai	6	Presença chinesa na Oceania: cada vez mais frequente	13
ÁFRICA SUBSAARIANA		SUL DA ÁSIA	
Relação China-África e o papel do setor energético para o desenvolvimento	7	A modernização da Marinha indiana e a segurança no Oceano Índico	14
A Cúpula Africana do Clima e a descarbonização: o que esperar da África na COP28?	8	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
EUROPA		Austrália cada vez mais ativa no Mar do Sul da China	15
IMO e Europa impulsionam redução de gases de efeito estufa no transporte marítimo.....	9	ÁRTICO & ANTÁRTICA	
<i>Northern Coasts</i> : a evolução do exercício naval do mar Báltico	10	O avanço polar indiano e as perspectivas conjuntas para o BRICS	16
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa.....	
Programa nuclear saudita: oportunidades e perspectivas	11	Calendário Geocorrente.....	
RÚSSIA & Ex-URSS		Referências.....	
O papel da comunicação estratégica no conflito russo-ucraniano	11	Mapa de Riscos.....	

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Luísa Barbosa



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

O agravamento da crise alimentar na Venezuela

Bruna da Silveira Eloy

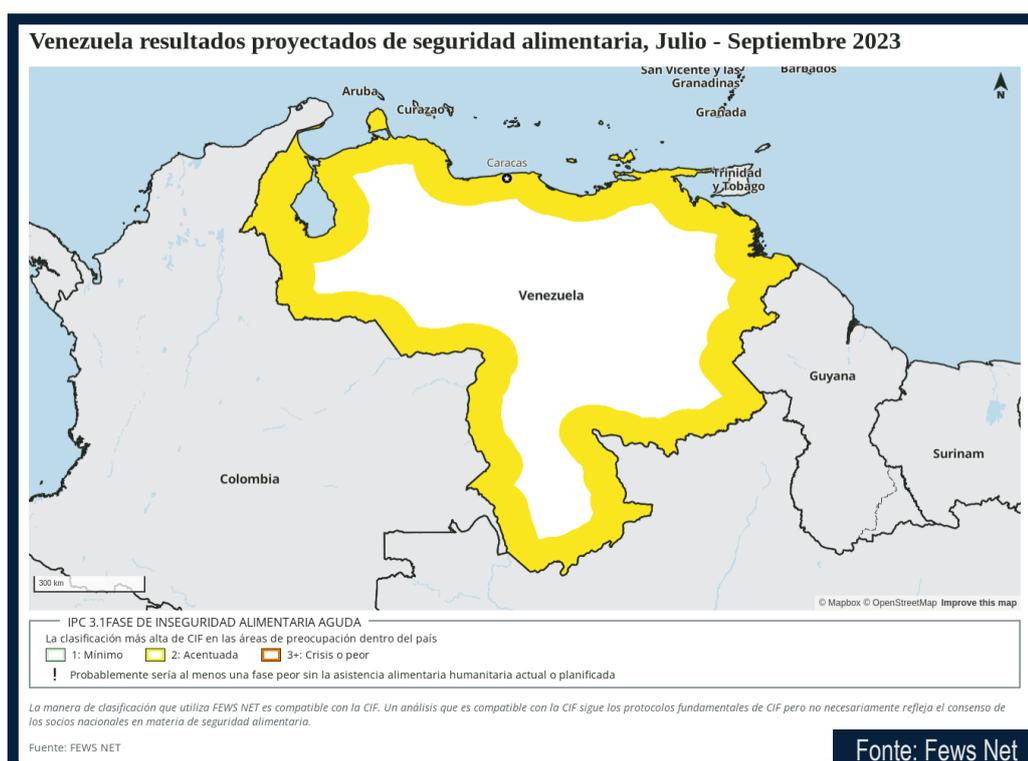
A economia venezuelana, fortemente sustentada pelas exportações de petróleo, tem enfrentado desafios consideráveis devido às variações nos preços globais da *commodity*, questão que tem impactado significativamente situações internas do país, como a segurança alimentar. Simultaneamente, o cenário político instável e as crises de legitimidade desempenharam um papel crucial no agravamento da situação, afetando a qualidade de vida da população. Assim, questiona-se: de que maneira as flutuações econômicas internacionais e a instabilidade política nacional afetam a segurança alimentar no país?

A Venezuela tem enfrentado questões internas significativas devido à abrupta queda nos preços do petróleo nos mercados internacionais a partir de meados da década de 2010. Essa variação foi influenciada por uma série de fatores, incluindo superprodução global, falta de demanda e eventos geopolíticos como o conflito russo-ucraniano, que desencadearam uma profunda crise econômica no país. Em consequência, a economia venezuelana enfrentou hiperinflação, desvalorização da moeda e uma significativa redução do poder de compra da população. Isso resultou no comprometimento da capacidade do país em adquirir alimentos essenciais, levando ao aumento da desnutrição e ao agravamento da insegurança alimentar da população.

Adicionalmente às complexidades econômicas, a Venezuela atravessa um período de instabilidade

política, caracterizado por intensa polarização e crises de política e de gestão. A crise de legitimidade que envolve o governo liderado por Nicolás Maduro resultou na imposição de uma série de sanções internacionais ao país, intensificando ainda mais os desafios econômicos e, por conseguinte, a situação relacionada à alimentação. A instabilidade política compromete a implementação e a manutenção de políticas públicas voltadas ao bem-estar social, incluindo aquelas direcionadas à distribuição equitativa de alimentos e recursos. Além disso, a falta de consenso político e a fragmentação das instituições têm prejudicado a coordenação política interna.

Em síntese, a crise alimentar na Venezuela é resultado de uma interação complexa e interdependente entre a queda dos preços do petróleo internacional e a instabilidade política nacional. No contexto, é essencial uma abordagem multifacetada, que envolva organizações internacionais, governos e atores nacionais, com foco na estabilização econômica e na restauração da governança, visando garantir o acesso sustentável e adequado aos alimentos para a população. A experiência venezuelana também ressalta a importância da diversificação econômica e a busca por estratégias de segurança alimentar resistentes à volatilidade dos cenários domésticos e internacionais. Por fim, é relevante que o Brasil e demais países fronteiriços acompanhem a situação venezuelana em razão dos fluxos migratórios que partem do país.



Mare liberum? A cobrança de pedágio nos Rios Paraná e Paraguai

Fernanda Calado

Os rios Paraguai e Paraná conectam cinco países sul-americanos ao Oceano Atlântico. Tratam-se de hidrovias fundamentais para a navegação marítima e para as economias dos Estados-membros do Mercosul e da Bolívia, candidata a adesão ao Bloco ([Boletim 188](#)). Entre o final de 2022 e o início de 2023, a cobrança de pedágios por parte da Administração Geral de Portos (AGP) da Argentina foi implementada unilateralmente. O novo pedágio tem como base a tarifa de US\$ 1,47 por tonelada transportada por embarcações internacionais que cruzam os trechos. Isso posto, indaga-se: quais os efeitos causados até o momento pela decisão da Argentina?

Atualmente, a Argentina passa por uma sensível crise político-econômica impactada também pelo esgotamento de suas reservas internacionais. Com a desvalorização do peso argentino e a falta de dólares em sua economia, Buenos Aires enfrenta dificuldades para realizar o pagamento de suas dívidas externas. A nova taxa de pedágio traz uma fonte de entrada de dólares. No entanto, a justificativa apresentada pelo governo argentino sobre a tarifa é a necessidade de investimentos na melhoria da sinalização e na dragagem dos pontos tidos como mais críticos — manutenções que giram em torno de US\$ 20 milhões anuais.

A decisão argentina causou desentendimentos na região. A situação enrijeceu ainda mais quando houve a apreensão de uma embarcação de bandeira paraguaia com 30 milhões de litros de combustível, que apenas foi liberada após pagamento da tarifa de US\$ 27.000. Em razão disso, o Paraguai declarou que a cobrança de taxas nas hidrovias é ilegal e que essa só poderia ser feita com a concordância do próprio Paraguai, do Brasil, da Bolívia e do Uruguai. Para o Brasil, que corroborou a declaração paraguaia, vale lembrar que as águas dos Rios Paraguai e Paraná são utilizadas cada vez mais para o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro.

A decisão unilateral de Buenos Aires abriu novas tensões diplomáticas na América do Sul. Com a medida de cobrança de tarifas pela circulação nas hidrovias do Paraná e Paraguai, a Argentina descumpre o Tratado de Assunção, constitutivo do Mercosul, sobre a garantia do livre comércio e da livre navegação dos rios da América do Sul por seus membros. Além do pedido de cessar a aplicação da tarifa unilateral pedidos por Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai; Assunção, enfim, solicitou arbitragem internacional para resolver o impasse e estuda levantar uma reclamação contra a Argentina no Tribunal do Mercosul.



DOI 10.21544/2446-7014.n191.p06.

Relação China-África e o papel do setor energético para o desenvolvimento

João Victor Marques Cardoso

A relação entre China e o continente africano é amplamente analisada sob a perspectiva de antagonismos hegemônicos no Sistema Internacional. Em geral, o foco na China e em suas ferramentas político-econômicas para acessar recursos naturais causa menor visibilidade aos interesses africanos e como influenciam sua agenda para com o país asiático. O entendimento entre agentes africanos — de que precisam menos de cooperação do que de negócios — é um exemplo da recusa ao modelo de cooperação tradicional e da busca por relações equilibradas, capazes de fomentar o desenvolvimento com maior autonomia. Nesse contexto, questiona-se como o setor energético pode funcionar como um parâmetro da relação China-África, haja vista sua relevância para as transformações em curso no setor.

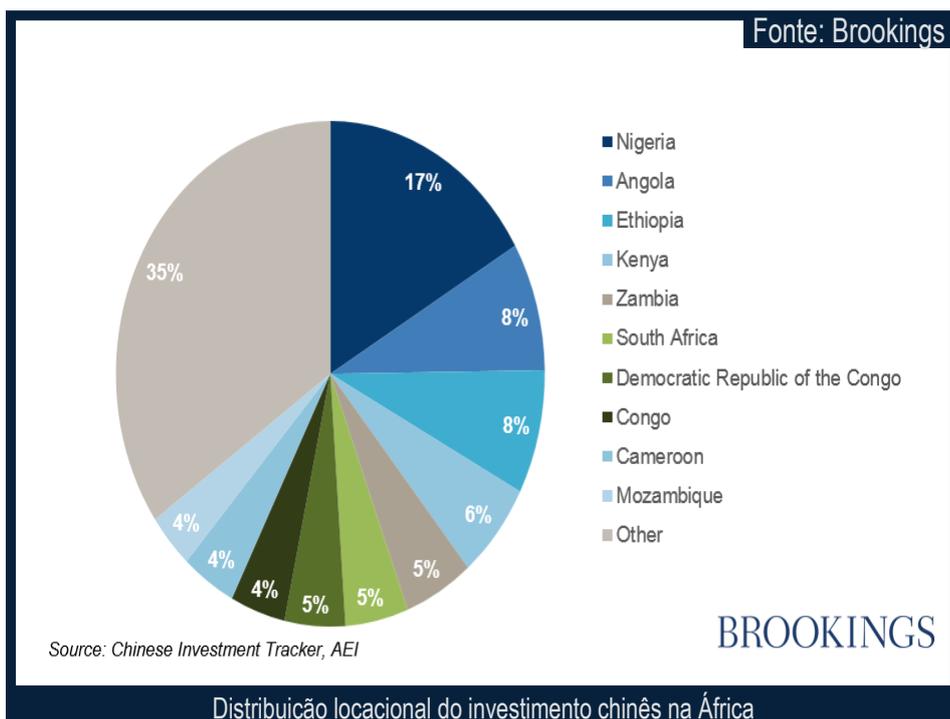
O cenário, distinto daquele planejado no lançamento da “Nova Rota da Seda” há dez anos (Boletim 188), e o novo modelo, concebido na “Visão China-África 2035”, foca na promoção de investimentos mais cautelosos quanto ao risco, à industrialização verde, à digitalização e à construção de capacidades. No entanto, esse modelo incipiente disputa com práticas tradicionais como o pagamento de financiamento com cargas de petróleo e a predominância de projetos em *commodities* do extrativismo, muitas vezes em regiões com conflitos sociopolíticos e com baixa externalidade positiva às comunidades locais.

A transição energética é oportunidade para reparar a

assimetria que historicamente condicionou a África no contexto internacional. Uma relação mais equilibrada com a China impulsionaria projetos de baixo carbono para beneficiar tecnologias e mão de obra locais. No entanto, é alta a possibilidade de a transição acirrar práticas predominantes, ao levar em consideração a concentração da indústria de equipamentos para geração de energia renovável e de processamento de minerais críticos na China, dando continuidade à posição da África como fornecedora de matéria-prima bruta.

O desenvolvimento com autonomia e a relação equilibrada exigirá de agentes africanos pleitear projetos que incentivem a demanda local, não apenas para corrigir a pobreza energética relativa ao acesso à eletricidade e cocção limpa - alvo de projetos de cooperação internacional. Entre esses, são exemplos o uso do gás natural para a industrialização e a produção de fertilizantes necessários à segurança alimentar, o desenvolvimento de *pools* regionais com infraestrutura de geração e transmissão de energia renovável e a capacitação em projetos-pilotos de hidrogênio verde, beneficiados pelos abundantes recursos solar e eólico.

Assim, o aproveitamento das oportunidades no setor energético para garantir uma relação China-África mais equilibrada dependerá menos da ambição hegemônica chinesa do que da capacidade africana em gerenciar os próprios recursos e gerar consensos em bloco sobre o futuro a que almeja.



A Cúpula Africana do Clima e a descarbonização: o que esperar da África na COP28?

Isadora Jacques

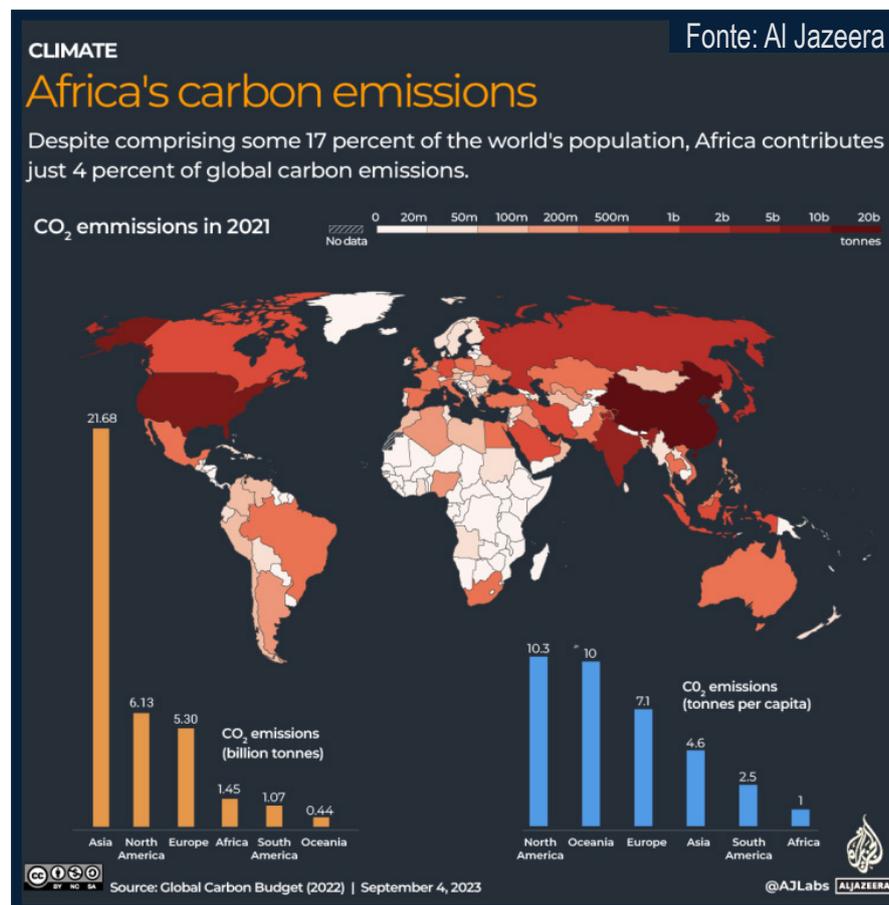
A África é o continente mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, apesar de ser o que menos contribui com as emissões de carbono globalmente, com apenas 4% do total. A primeira Cúpula Africana do Clima, coorganizada pela União Africana, foi realizada no Quênia, entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023, como parte da preparação da África para a próxima Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP28), a ser realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, em novembro deste ano. Diante disso, qual é o posicionamento que o continente africano levará para as discussões climáticas perante a comunidade internacional?

Um relatório da ONU de 2022 estimou que a África perde anualmente entre US\$ 7 e 15 bilhões devido às mudanças climáticas. Segundo a base de dados do *Science Direct*, desde o início de 2022 pelo menos 4.000 pessoas morreram e 19 milhões foram afetadas por eventos climáticos extremos no continente. Na Cúpula, os líderes africanos destacaram a promessa feita na COP15 de um repasse anual de cerca de US\$ 100 bilhões dos países desenvolvidos para financiamento climático às nações em desenvolvimento, a qual não foi cumprida.

Por sua vez, as discussões em torno do mercado voluntário de carbono africano levantaram preocupações

sobre integridade e transparência. O continente recebe menos de US\$ 10 por tonelada de CO₂, enquanto outras regiões podem receber mais de US\$ 100 pela mesma quantidade. Os líderes presentes na Cúpula destacaram que a África deveria ser vista como a solução - e não o problema - diante das mudanças climáticas, em função da abundância de minerais energéticos com menor impacto ambiental e fontes de energia renováveis em seu território, além do espaço físico para estratégias de energia limpa no continente ([Boletim 177](#)). Entretanto, não é ideal que o investimento no território africano seja um salvo-conduto para continuar poluindo em outros locais, é preferível que a China, os Estados Unidos, a Índia, a União Europeia e outros controlem as suas emissões de carbono.

O Presidente queniano, William Ruto, sintetizou no evento o que provavelmente será o posicionamento dos países africanos, que contam com 1,3 bilhão de indivíduos – uma população que deverá duplicar até 2050 –, perante a comunidade internacional na COP28: a África detém a chave para acelerar a descarbonização da economia global. Para além dos recursos minerais, no continente existe um potencial inexplorado de fontes renováveis e a necessidade pelo desenvolvimento justo no mercado global de energia.



DOI 10.21544/2446-7014.n191.p08.

IMO e Europa impulsionam redução de gases de efeito estufa no transporte marítimo

Maria Victória Menezes

Em julho de 2023, os Estados-membros da Organização Marítima Internacional (IMO, em inglês) alcançaram um acordo preliminar sobre a delicada questão do alinhamento do transporte marítimo com o Acordo de Paris. O recém-acordado roteiro climático *Marine Environment Protection Committee* prevê atingir emissões líquidas zeradas até ou por volta de 2050. Assim, cabe questionar: a Europa está contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no transporte marítimo e promovendo a sustentabilidade na indústria?

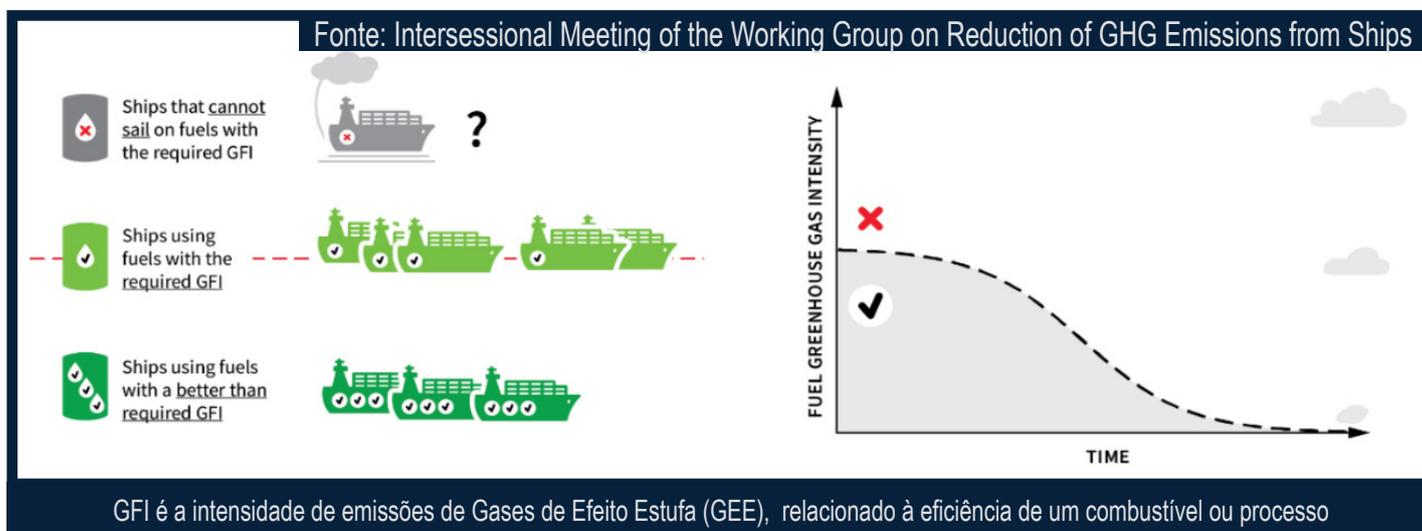
O transporte marítimo é um dos poucos setores não sujeitos a compromissos nacionais do Acordo de Paris (2015). O recente acordo começa a abordar a regulamentação climática, incorporando propostas de ONGs, nações em desenvolvimento e opositores. As metas intermediárias da Europa incluem reduzir o total anual de emissões de GEE, em pelo menos, 37% até 2030 e 96% até 2040; reduzir as emissões de GEE por “*transport work*” em, pelo menos, 65% até 2030 e 98% até 2040; e atingir pelo menos 5% da energia total consumida pelo transporte marítimo com combustíveis e tecnologias de zero ou quase zero emissões até 2030. Além disso, a Europa propôs medidas baseadas em mercados (MBM), como a tributação dos combustíveis *Levy*, como parte importante das medidas para alcançar metas ambientais, assim como o estabelecimento de um padrão de emissão para os combustíveis marítimos (GFS,

em inglês).

Entre as iniciativas do documento *MEPC 80/WP.12* da IMO para reduzir as emissões de GEE de navios, destacam-se aquelas associadas a países europeus ou vinculadas à União Europeia. Com o apoio da UE, o projeto *Global Maritime Technology Cooperation Centre (MTCC) Network* estabeleceu cinco Centros de Cooperação na China. Agora, está sendo planejado um projeto para dar continuidade ao apoio à descarbonização marítima, o qual inclui projetos-piloto menores em países em desenvolvimento.

O documento também destaca o projeto *Green Voyage 2050*, liderado pela IMO em parceria com o Ministério de Clima e Meio Ambiente norueguês, que busca reduzir as emissões de GEE no transporte marítimo, bem como o Fórum IMO-UNEP-Noruega, promovendo a sustentabilidade na indústria marítima.

Contudo, as metas não são vinculativas, e o acordo prevê a conformidade apenas quando “as circunstâncias nacionais permitirem”. Alguns ambientalistas consideram-no um fracasso e pedem ação em nível nacional e regional para contornar a IMO. Ainda assim, o documento é um passo importante na busca por um transporte marítimo mais sustentável e com menor impacto ambiental. Pode-se concluir, então, que UE e Europa como um todo têm desempenhado papel crucial na redução das emissões de GEE dos navios e na promoção da sustentabilidade no comércio marítimo.



Northern Coasts: a evolução do exercício naval do mar Báltico

Marina Aufran

O Mar Báltico tem grande importância estratégica para os países que o rodeiam: Alemanha, Estônia, Finlândia, Letônia, Lituânia, Polônia, Rússia e Suécia. Com uma das maiores densidades de tráfego marítimo do mundo, esse mar possui importantes rotas de exportação e atividades pesqueiras. Por isso, os exercícios navais na região são rotineiros, visando garantir a defesa dessas rotas. Dessa forma, como um desses exercícios, o *Northern Coasts*, que ocorreu no início de setembro, pode mostrar a evolução das prioridades dos países bálticos?

O *Northern Coasts* é um exercício anual de larga escala criado pela Alemanha em 2007, após o crescimento da OTAN. A edição de 2023 foi iniciada em 09 de setembro, com participação de todos os países da região do Mar Báltico da OTAN, Suécia e aliados que não são da região: Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França e Países Baixos. Esse exercício tem como objetivo desenvolver e treinar os participantes nos sistemas de armas e fortalecer a cooperação demonstrando capacidades militares e unidade política. Durante duas semanas, 30 navios, incluindo um submarino, e 20 aeronaves treinaram na área costeira da Estônia e da Letônia, com a participação de três mil militares.

Quando criado, o *Northern Coasts* foi voltado para

cenários de pirataria e terrorismo, sendo mais orientado à gestão de crise e prevenção de conflito; porém, a partir de 2014, seu escopo evoluiu para cenários de defesa dos países bálticos. Em 2023, com o contexto de ameaça russa e a entrada da Finlândia na OTAN, o cenário é de defesa de um ataque vindo da Rússia. Mesmo sem uma mudança significativa do comportamento russo na região, os países da OTAN querem reforçar seu compromisso com a defesa regional. Essa posição é especialmente importante para Estônia, Finlândia, Letônia e Lituânia, que dependem quase 100% de suas rotas marítimas na região. No caso do *Suwalki Gap*, corredor terrestre com cerca de 100 quilômetros de extensão entre a fronteira lituano-polonesa, ser bloqueado, a única rota para os países bálticos é pelo mar.

Portanto, o exercício *Northern Coasts* teve uma mudança de foco por conta das tensões geopolíticas da Europa. Desde 2014, com as primeiras concretizações das ameaças russas na Ucrânia, os países da região do mar Báltico aumentaram sua preocupação com a garantia da defesa das suas rotas marítimas. Sendo assim, os cenários dos exercícios mudaram também para se adaptar às novas preocupações e melhorar a cooperação entre esses países em relação à ameaça russa.



DOI 10.21544/2446-7014.n191.p10.

Programa nuclear saudita: oportunidades e perspectivas

João Gabriel Fischer Morais Rego

A Arábia Saudita visa expandir sua diversificação econômica, podendo provocar alterações geopolíticas e geoeconômicas na região. Para isso, Riad tem buscado desenvolver seu programa nuclear e, assim, diminuir progressivamente a dependência dos recursos energéticos e financeiros provenientes do mercado petrolífero. Neste cenário, esta análise aborda como a Arábia Saudita vem fazendo esse processo.

Riad procura parceiros para desenvolver seus objetivos nucleares, entre os quais estão a China e os Estados Unidos (EUA), sendo a rivalidade entre eles utilizada pelo Reino para obter acordos vantajosos. Segundo análises do *The Wall Street Journal*, os EUA não desejam o enriquecimento e a exploração de urânio na Arábia Saudita sem adicionar novos controles sobre as estratégias nucleares sauditas. Já Pequim, atualmente, principal parceiro econômico de Riad ([Boletim 186](#)), apresentou uma proposta para construção de uma usina nuclear na Província Oriental do Reino por meio da empresa *China National Nuclear Corp*, a princípio não impondo novas condições de controle sobre os interesses sauditas, como as dos EUA. Caso aconteça de fato um acordo entre China e Arábia Saudita nesse âmbito, pode-se observar uma expansão das relações diplomáticas

entre Pequim e Riad em uma área estratégica para o regime saudita. Com isso, o Reino pode vir a se tornar um ator nuclear importante para o equilíbrio geopolítico do Oriente Médio e com um significativo instrumento de dissuasão estratégica.

Na escala interna, a expansão do programa nuclear saudita é justificada pelas preocupações de Riad em relação à diversificação da sua economia, conforme apresentado no plano *Saudi Vision 2030*. Segundo autoridades sauditas, o Reino tem como objetivo diminuir a dependência do uso de petróleo para a produção energética do país e, portanto, também mantém sua economia doméstica menos suscetível a instabilidades e discussões políticas no mercado de petróleo. Dessa forma, o desenvolvimento da energia nuclear proporcionará a Riad uma maior independência em relação ao uso interno do petróleo para sua produção energética e suas estratégias no mercado petrolífero.

Portanto, com base nesse cenário, o desenvolvimento do programa nuclear saudita tem o objetivo de fornecer ao país a oportunidade de alcançar uma maior independência das suas ações perante atores externos, impactando diretamente em sua posição de *player* regional, assim como em sua inserção internacional.

DOI 10.21544/2446-7014.n191.p11.

RÚSSIA & EX-URSS

O papel da comunicação estratégica no conflito russo-ucraniano

José Gabriel Pires

O conflito russo-ucraniano foi destaque na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida entre os dias 19 e 26 de setembro de 2023, protagonizando uma sessão aberta no Conselho de Segurança, pela primeira vez com a participação presencial do Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, com debate transmitido em diversos canais de mídia. A difusão dos meios de comunicação, seja as mídias tradicionais ou principalmente as redes sociais, adiciona relevância a uma importante camada nessa disputa: a esfera informacional. Desse modo, em um contexto de crescente preponderância desse domínio, busca-se elucidar como têm sido trabalhadas as respectivas estratégias nesse tema.

A comunicação estratégica de ambos os lados do confronto tem origem na doutrina de Guerra de Informação soviética, com adaptações para o contexto contemporâneo. Para além dos discursos proferidos pelo Presidente da Ucrânia visando angariar apoio militar e financeiro aos esforços de Kiev, o serviço de inteligência militar ucraniano usa outras táticas. Elas

envolvem a interceptação, e difusão em redes sociais, de ligações telefônicas de soldados russos cujo conteúdo gira em torno da manifestação de descontentamento com a liderança em Moscou, ou da confissão de crimes de guerra. Outra estratégia, ampliada pelas redes sociais, é a promoção de combatentes enquanto influenciadores, com transmissões exaltando a humanidade e bravura dos soldados ucranianos em plataformas como *X* (antigo *Twitter*) e *Tik Tok*.

Já o lado russo vê a informação como ativo prioritário em sua doutrina, com forte influência geopolítica. O ciberespaço, onde operam as redes sociais, é visto como um subproduto desse domínio, palco de incursões psicológicas e técnicas. No contexto do conflito com a Ucrânia, sua estratégia consiste na disseminação de narrativas com o objetivo de minar a confiança da sociedade ucraniana em suas instituições, mas também abarca ataques às infraestruturas críticas de Kiev. Para além disso, Putin busca promover e ampliar o diálogo com potências do Sul Global que compartilham de

certo grau de antagonismo em relação ao Ocidente, principalmente aos EUA - que lidera os esforços pelo isolamento de Moscou -, como a China, ou buscam uma postura mais ativa, como a Índia.

Portanto, é importante se atentar às informações veiculadas, já que a Guerra de Informação está atrelada

à disputa de narrativas a respeito dos eventos em andamento. Todavia, a fim de visualizar o cenário de modo abrangente, é preciso levar em consideração os interesses geopolíticos envolvidos na difusão dessas narrativas, inclusive, aqueles exógenos ao conflito.

DOI 10.21544/2446-7014.n191.p12.

LESTE ASIÁTICO

As principais implicações estratégicas do crescimento da indústria naval da China

Rodrigo Ribeiro

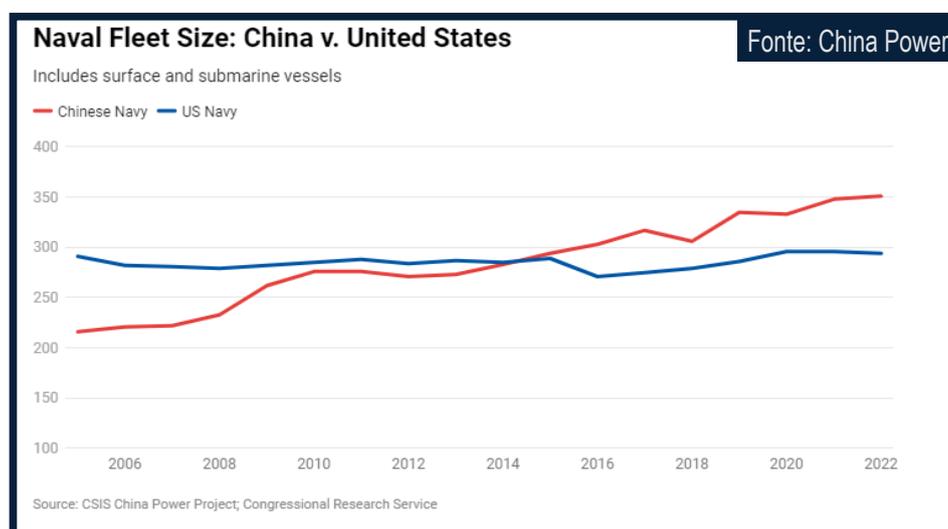
A indústria de construção naval chinesa tem se consolidado como a maior do mundo desde 2019, quando superou a indústria sul-coreana. No último 18 de setembro, um relatório da Marinha dos Estados Unidos revelou que, atualmente, os estaleiros chineses teriam uma capacidade estimada de 23 milhões de toneladas, o que representa uma magnitude 230 vezes superior à dos Estados Unidos. Nesse sentido, questiona-se: de que maneiras o crescimento da indústria naval chinesa atende aos principais interesses militares e econômicos do país?

No campo militar, o crescimento exponencial da indústria de construção naval chinesa tem relação direta com seus principais objetivos estratégicos. Desde a chegada de Xi Jinping à presidência, Pequim tem buscado construir uma Marinha que seja capaz de projetar poder e defender os interesses militares e econômicos do país. A China possui atualmente a maior Marinha do mundo em números absolutos, contando com cerca de 350 meios navais. Embora ainda não supere a dos Estados Unidos em critérios qualitativos, nos últimos dez anos a China comissionou uma série de meios navais complexos, incluindo cinco submarinos com capacidade nuclear (três *SSN* e dois *SSBN*), três porta-helicópteros, um porta-aviões em uso e outro em fase final de testes. Tais meios mostram-se essenciais para dissuadir a forte

presença militar dos EUA no Leste Asiático e garantir o sucesso de uma eventual operação anfíbia para retomada de Taiwan.

No âmbito econômico, dois fatores cruciais devem ser considerados: primeiramente, que a extrema relevância do comércio marítimo na sustentação do crescimento econômico da China influencia a contínua expansão de sua frota mercante, impulsiona a economia do país e amplia sua influência geopolítica. Além disso, a indústria naval chinesa está atraindo consideráveis investimentos estrangeiros, consolidando o Estado asiático como um *hub* de construção naval, com seus estaleiros atendendo a cerca de metade da demanda global.

O incentivo à indústria naval representa, portanto, um aspecto essencial para a garantia dos principais objetivos econômicos e militares da China, aumentando a capacidade de projeção de poder do país e contribuindo diretamente para a manutenção do seu crescimento econômico. A perspectiva é de que Pequim mantenha o crescimento de suas capacidades navais, aumentando cada vez mais a projeção de seu poder sobre seu entorno estratégico. Dessa forma, conclui-se que a reação estadunidense para conter este avanço chinês deverá ser pautada no reforço das suas alianças regionais, como no caso do AUKUS.



DOI 10.21544/2446-7014.n191.p12.

Presença chinesa na Oceania: cada vez mais frequente

Philippe Alexandre

As visitas da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN, em inglês) à Oceania iniciaram-se em 1976, para realização de operações de pesquisa. Desde então, os navios do PLAN visitaram os portos da Oceania em pelo menos 54 ocasiões. A frequência aumentou a partir de 2010 e, desde 2014, os navios chineses fazem pelo menos uma escala nos portos da região todos os anos.

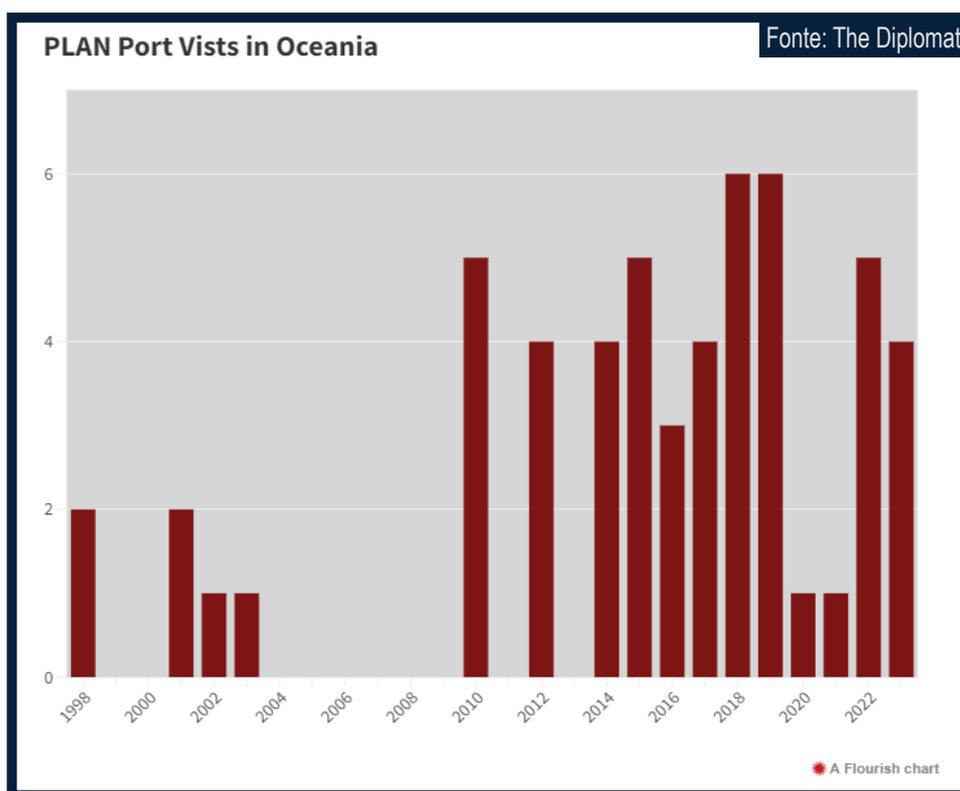
Embora a Austrália e a Nova Zelândia recebam historicamente visitas frequentes da PLAN, a sub-região da Melanésia - no extremo oeste do Oceano Pacífico e a nordeste da Austrália - e os países da Polinésia Ocidental representam a maioria dos países visitados desde 2017. O país mais visitado foi Fiji (20 vezes), com paradas de reabastecimento feitas por navios de rastreamento *Yuan Wang* (16 visitas). Esses navios são implantados globalmente como parte de uma rede de dados e rastreamento de voos espaciais do Departamento de Rastreamento e Controle Marítimo de Satélites da China.

Treinamento naval e ações de apoio médico são responsáveis pela maior parte do alcance da PLAN na Oceania. As primeiras missões de formação militar e saúde ocorreram em 2012 e 2014, respetivamente. Muitas delas buscam fornecer serviços médicos e aprofundar laços de amizade entre esses países e a China. O navio-hospital *Tipo 920, Daishan Dao*, recebeu mais de 5.700 visitantes e tratou quase 1.000 pacientes durante

a visita ao porto de Vanuatu, em 2023. Apenas no mês de setembro deste ano, este navio já prestou assistência médica a Ilhas Salomão, Kiribati, Timor-Leste, Tonga e Vanuatu. Destaca-se ainda a assistência humanitária a Tonga após a erupção e tsunami de *Hunga Tonga-Hunga Ha'apai* em 2022.

Essas ações enquadram-se no objetivo da PLAN de “continuar os tradicionais laços amigáveis com os seus homólogos militares do Pacífico Sul”. Além disso, refletem a ampliação dos fluxos econômico-comerciais do Mar do Sul da China para o Oceano Pacífico; assim como, ajudam a PLAN no esforço de preparação para as operações navais na Segunda Cadeia de Ilhas, com monitoramento de longo alcance e simulações de cenários de tensão.

A Marinha da China pretende realizar pelo menos mais seis visitas aos portos da Oceania em 2023, retornando às frequências pré-pandemia da COVID-19. O governo chinês entende que essas visitas normalizam uma presença regional expandida da PLAN no Pacífico e constroem uma base para futuros objetivos operacionais na região. Portanto, a maior presença chinesa é elemento de readequação da balança de poder nesse espaço marítimo. Diante disso, cabe monitorar qual será a reação por parte das potências atuantes na região — Austrália, EUA, França, Japão e Reino Unido.



A modernização da Marinha indiana e a segurança no Oceano Índico

Gabriela Santos

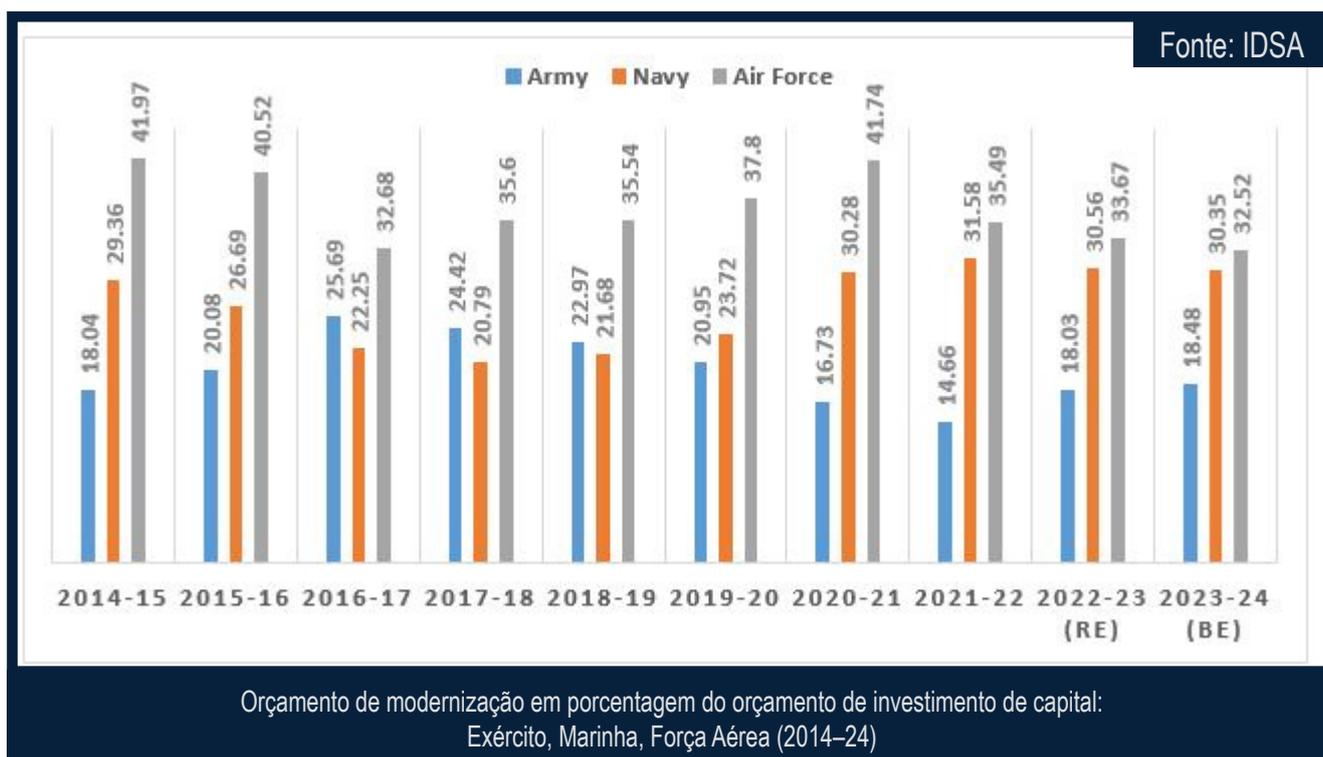
Entre os últimos dias 04 e 06 de setembro, foi realizada em Nova Déli a Conferência dos Comandantes Navais da Índia, a fim de analisar as principais atividades operacionais, logísticas, administrativas e de recursos humanos realizadas pela Marinha Indiana durante os seis meses anteriores. Como instrumento de poder, a Marinha do país ocupa um lugar fundamental em questões de influência regional. Diante disso, é importante avaliar o status de suas forças marítimas frente à expectativa de ser o principal parceiro de segurança dos países na Região do Oceano Índico (ROI), um importante *hub* do comércio global.

A conferência explorou, principalmente, projetos navais com foco na indigenização, em consonância com a visão de *Aatmanirbhar Bharat*, ou “Índia Autossuficiente” – conceito abordado ostensivamente no [Boletim 170](#) e no [Boletim 186](#). A Marinha indiana tem se mostrado como o principal propagador dos ideais de *Aatmanirbhar*, e reserva uma grande parte do seu orçamento para aquisições e construções próprias. Nesse contexto, a força construiu dezenas de navios de guerra nos últimos anos (33 sob a liderança do Primeiro-Ministro Narendra Modi), e cerca de 61 estão sendo atualmente construídos em seus estaleiros.

Em vista de aumentar as soluções de segurança de origem nacional, a Marinha também propôs ao

governo, neste mês, a construção de um segundo porta-aviões de tecnologia indígena (*IAC-2*) para ser operado na costa indiana junto à embarcação *INS-Vikrant* – o primeiro porta-aviões desenvolvido nacionalmente, comissionado em setembro de 2022. Com pelo menos um porta-aviões operacional em cada costa da Índia, pode-se melhor assegurar a presença contínua do país na ROI. No caminho para atingir o objetivo ambicioso da autossuficiência até 2047, Nova Déli tem tido notável sucesso nas suas capacidades navais, com foco na aquisição de tecnologia nacionalmente desenvolvida, para além daquelas adquiridas dos Estados Unidos e da Rússia.

É importante pontuar, por fim, que a dependência da Índia nos mares para o desenvolvimento nacional vem aumentando de forma significativa com o passar dos anos. A segurança do comércio, transporte marítimo e das rotas energéticas, especialmente na ROI, é crucial para as economias globais. Logo, o desenvolvimento de um ambiente marítimo seguro e protegido, conforme a doutrina naval indiana – concebida para garantir o papel do país como provedor de segurança no Sul da Ásia –, se mostra essencial não apenas para suas aspirações militares e estratégicas, mas também para o crescimento do país como um todo.



Austrália cada vez mais ativa no Mar do Sul da China

Guilherme Carneiro

Em visita a Manila, no último dia 08 de setembro, o Primeiro-Ministro australiano, Anthony Albanese, assinou juntamente ao Presidente filipino, Ferdinand Marcos Jr., um Memorando de Entendimento (MoU, em inglês) buscando elevar as relações entre os dois países para um nível mais estratégico e sustentado pela rejeição das ações chinesas no Mar do Sul da China. Além de exercícios navais mais frequentes, também foram acordadas reuniões anuais entre os secretários de Defesa das duas nações. Dessa forma, como uma maior atuação da Austrália no Mar do Sul da China pode influenciar o tabuleiro político da região?

Como uma economia orientada pela exportação e com mais de 50% de suas trocas comerciais dependendo das rotas marítimas do Mar do Sul da China, a Austrália adota uma posição clara sobre os confrontos e reivindicações territoriais, pautada no direito de livre navegação na região. Sendo assim, o país insular mantém uma forte aliança com os Estados Unidos, que também têm interesses estratégicos e vêm buscando cooperação regional sólida com as Filipinas e demais países da ASEAN. Assim, apesar de não possuir reivindicações territoriais diretas no Mar do Sul da China, a Austrália constantemente expressa preocupações em relação à militarização do local e ações unilaterais que possam vir

a minar a estabilidade.

Em agosto deste ano, antes da assinatura do MoU, Austrália, Estados Unidos e Filipinas participaram de um exercício que contou com cerca de 2 mil militares, veículos de assalto anfíbio, navios de guerra, caças australianos *F-35* e aeronaves estadunidenses do tipo *Osprey*. Tal exercício – um dos principais de grande escala envolvendo Austrália e Filipinas – teve como objetivo a simulação da retomada de uma ilha controlada pelo “inimigo”. Assim, o Memorando assinado auxilia no estreitamento das relações militares e de segurança entre ambos e possibilita maior engajamento militar naval, como patrulhas conjuntas de suas Marinhas no Mar do Sul da China, previstas para ocorrerem “em breve” segundo o Presidente filipino.

Portanto, com o objetivo de assegurar rotas marítimas seguras para realizar seu comércio a nível global, a Austrália vem atualizando sua estratégia de Defesa ao se aliar de maneira mais firme com nações do Sudeste Asiático que reivindicam territórios do Mar do Sul da China e que possuem fortes laços com o Ocidente. O maior estreitamento da agenda de Defesa australiana com as Filipinas, realizando exercícios militares e patrulhas marítimas, pode inflamar disputas territoriais, principalmente com Pequim.



O avanço polar indiano e as perspectivas conjuntas para o BRICS

Gabriela Paulucci da Hora Viana

Segundo o Ministro da União de Ciências da Terra, Kiren Rijju, a Índia retomou o projeto de construção de seu primeiro navio quebra-gelo. O anúncio foi feito em agosto de 2023, destacando o quão curioso é o fato de que um país com tamanha presença antártica ainda não possua um dos mais valiosos instrumentos para a exploração científica polar.

Os primeiros contatos da Índia com o sexto continente iniciaram-se em 1981 e, desde então, o país tem construído forte presença na região. Em exponencial avanço, o Programa Antártico Indiano já concluiu mais de 40 expedições, além de gerenciar suas duas estações antárticas (*Bharati* e *Maitri*). Outro ponto relevante é que a Índia possui a Antártica como fronteira final em seu entorno estratégico de exploração mineral no leito do Oceano Índico (Boletim 183). A aquisição de um quebra-gelo é capaz de alargar a agilidade científica indiana, visto que o país ainda contrata essas embarcações do mercado comercial para apoiar suas operações de pesquisa na Antártica, tornando ainda mais onerosa sua presença.

Um ponto de convergência com a iniciativa indiana é o fato de o Brasil também estar no processo de desenvolvimento de seu novo navio polar (com entrega prevista para 2025), que substituirá o Navio de Apoio Oceanográfico *Ary Rongel*, em operação quase ininterrupta no Oceano Austral desde 1994. Sob

este escopo, é necessário refletir como essas tomadas de decisão são capazes de impulsionar a influência destes dois atores no arranjo geopolítico antártico, especialmente sob o escopo das alianças do BRICS. O avanço Brasil-Índia representa um vantajoso estímulo para as atividades conjuntas entre os cinco países do grupo - que crescerá em 2024 - facilitada pelo Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia Oceânica e Polar dos BRICS, formulado após a 3ª Reunião Ministerial do grupo, ocorrida em 2015. Esse instrumento possui como um de seus objetivos centrais a cooperação polar pautada no compartilhamento de tecnologias facilitadoras e no desenvolvimento de novas aplicações, operando como um elo valioso para a sustentação científica e política conjunta.

O potencial dos BRICS no sexto continente é evidenciado pela força da aliança russo-chinesa na Antártica, assim como a importância sul-africana por possuir um dos valiosos cinco *gateways* antárticos (Cidade do Cabo), e também pelo aumento das presenças brasileira e indiana no território. Novos navios quebra-gelo para o Brasil e a Índia impulsionam os dois atores a estar cada vez mais alinhados aos programas antárticos dos outros três participantes do grupo, tornando mais ambiciosos as metas e os projetos do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia Oceânica e Polar.



DOI 10.21544/2446-7014.n191.p16.

- ▶ [AUKUS: Australia's 'French Cut' Moment?](#)
THE GEOPOLITICS, Nicolas Carjuzaa
- ▶ [The false trade-off between climate action and economic growth](#)
GZERO, Ian Bremmer
- ▶ [Rules of Order: Assessing the State of Global Governance](#)
CARNEGIE ENDOWMENT, Stewart Patrick
- ▶ [The Incredible Shrinking \(or Dying\) Russian Navy](#)
1945, Peter Suci
- ▶ [Tracking Transatlantic Drug Flow: Cocaine's Path from South America across the Caribbean to Europe](#)
CSIS, Christopher Hernandez-Roy, Rubi Bledsoe e Andrea Michelle Cerén

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Fernanda Császár e Taynah Pires

Outubro

Principais eventos de 01 a 19 de outubro

01-19



BULGÁRIA
EXERCÍCIO MILITAR AEGAN
SEAL 2023

03-06



SRI LANKA
5º FÓRUM DE MINISTROS E
AUTORIDADES CLIMÁTICAS
DA ÁSIA-PACÍFICO

09-13



ÁUSTRIA
2ª CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E
PODER NUCLEAR

09-15



MARROCOS
ENCONTRO ANUAL DO BANCO
MUNDIAL E DO FMI

10



LIBÉRIA
ELEIÇÕES GERAIS

14



NOVA ZELÂNDIA
ELEIÇÕES GERAIS

15



POLÔNIA
ELEIÇÕES
PARLAMENTARES

15



EQUADOR
2º TURNO DAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS

- **O agravamento da crise alimentar na Venezuela**
 ÁLVAREZ, Ramón. [Venezuela: la mayor tasa mundial de inflación en alimentos](#). *Deutsche Welle*, 06 set. 2023. Acesso em: 20 set. 2023.
 LABORDE, Antonia. [Venezuela, Ecuador y Bolivia encabezan las tasas de hambre en Sudamérica](#). *El País*, 19 jan. 2023. Acesso em: 20 set. 2023.
- **Mare liberum? A cobrança de pedágio nos Rios Paraná e Paraguai**
 CENTENERA, Mar; CARNERI, Santi. [Brasil, Uruguay, Paraguay y Bolivia cierran filas contra Argentina por un peaje en la principal hidrovía de Mercosur](#). *El País*, 13 set. 2023. Acesso em: 19 set. 2023.
 WOJCIECHOWSKI, Guilherme. [Rio Paraná: pedágio argentino na hidrovía será debatido no dia 30](#). *H2Foz*, 20 ago. 2023. Acesso em: 19 set. 2023
- **Relação China-África e o Papel do Setor Energético para o Desenvolvimento**
 JOHNSTON, Lauren. [China's Africa strategy is shifting from extraction to investment – driven from the industry-rich Hunan region](#). *The Conversation*, 24 ago. 2023. Acesso em: 06 set. 2023.
[Africa Energy Outlook 2022](#). IEA – International Energy Agency. Acesso em: 01 mai. 2023.
- **A Cúpula Africana do Clima e a descarbonização: O que esperar da África na COP28?**
 ANNA, Cara. [African Climate Summit issues unanimous call for world leaders to support global tax on fossil fuels](#). *Associated Press*, 06 set. 2023. Acesso em: 08 set. 2023.
[How much does Africa contribute to global carbon emissions?](#) *Al Jazeera*, 04 set. 2023. Acesso em: 08 set. 2023.
- **Northern Coasts: a evolução do exercício naval do mar Báltico**
[Northern Coasts: Germany's invite to Baltic Sea exercises](#). *Bundeswehr*, 25 ago. 2023. Acesso em: 20 set. 2023.
[Navies From 14 Countries Prepare For Baltic Exercises Under German Command](#). *RFE*, 09 Set. 2023. Acesso em: 19 set. 2023.
- **OIM e Europa impulsionam redução de gases de efeito estufa no transporte marítimo**
 MCELROY, Damien. [Global shipping agrees to 2050 net-zero deadline](#). *The National News*, 07 jul. 2023. Acesso em: 02 ago. 2023.
 80th session-WP.12 - Report of the Working Group on Reduction of GHG emissions from ships (Secretariat). *Marine Environment Protection Committee*. Acesso em: 02 ago. 2023.
- **Programa nuclear saudita: oportunidades e perspectivas**
 SAID, Summer; HUA, Sha; NISSENBAUM, Dion. [Saudi Arabia Eyes Chinese Bid for Nuclear Plant](#). *The Wall Street Journal*, 25 ago. 2023. Acesso em: 06 set. 2023.
[Saudi Arabia's GDP grows 1.2% in Q2 driven by non-oil sector](#). *GASTAT Arab News*, 7 set. 2023. Acesso em: 14 set. 2023.
- **O papel da comunicação estratégica no conflito russo-ucraniano**
 SCHRIJVER, Peter. [Ukraine's Fight on the Front Lines of the Information Environment](#). *Modern War Institute*, 12 de setembro de 2023. Acesso em: 13 de setembro de 2023.
[Ukraine: High-level Open Debate: What's In Blue](#). *Security Council Report*, 19 de setembro de 2023. Acesso em: 20 de setembro de 2023.
- **As principais implicações estratégicas do crescimento da indústria naval da China**
 TAN, Kwan Wei Kevin. [China has the capacity to build PLA combat ships at 200 times the rate that the US can, per leaked US Navy intelligence](#). *Business Insider*, 15 set. 2023. Acesso em: 22 set. 2023.
 LEE, Amanda; JENNINGS, Ralph. [China becoming world's go-to for shipbuilding after 'boom of overseas orders', but global de-risking threatens to rock the boat](#). *South China Morning Post*, 30 jun. 2023. Acesso em: 22 set. 2023.
- **Presença chinesa na Oceania: cada vez mais frequentes**
 NATUZZI, Eileen. [Military hospital ships from China and the US are plying across Pacific Islands](#). *The Interpreter*, 10 jul. 2023. Acesso em: 23 set. 2023.
 ORCHARD, Andrew. [China's Navy in Pacific Island Ports](#). *The Diplomat*, 16 set. 2023. Acesso em: 23 set. 2023.
- **A modernização da Marinha indiana e a segurança no Oceano Índico**
 KHAN, Abdul Moiz. [India is Well-Positioned to Take Advantage of the US-China Rivalry](#). *Inkstick*, 07 set. 2023. Acesso em: 07 set. 2023
 INDIAN NAVY. [Naval Commanders' Conference – 2023/02 Inaugural Session – Interaction with Raksha Rajya Mantri](#). *Indian Navy*. Acesso em: 05 set. 2023
- **Austrália cada vez mais ativa no Mar do Sul da China**
 AP NEWS. [Australia and Philippines strengthen their ties as South China Sea disputes heat up](#). *AP News*, 08 set. 2023. Acesso em 18 set. 2023. .
 NIKKEI ASIA. [Australia plans more patrols with Philippines in South China Sea](#). *Nikkei Asia*, 25 ago. 2023. Acesso em 18 set. 2023.
- **O avanço polar indiano e as perspectivas conjuntas para o BRICS**
 IPEA. *Brazil in Antarctica: the scientific and geopolitical importance of PROANTAR in the Brazilian strategic surrounding area*. *Institute for Applied Economic Research.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea*, 1990|ISSN 1415-4765, set 2020. Acesso em: 15 ago 2023.
 NDTV. [India's Polar Research Ship To Be Ready In 5 Years To Aid Its 3 Antarctic Bases](#). *NDTV*, 12 ago. 2023. Acesso em: 15 ago. 2023.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Crise em Nagorno-Karabakh: [Nagorno-Karabakh: Thousands flee as Armenia warns of ethnic cleansing risk](#). **BBC**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Burkina Faso: avant la rentrée des classes, une situation sécuritaire tendue pour les écoles](#). **RFI**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- EQUADOR - Crise sociopolítica: [Ecuador back to online schooling due to extreme violence](#). **MercoPress**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- GABÃO - Golpe de Estado: [Gabon: sans se précipiter, des exilés s'interrogent sur le retour](#). **RFI**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- HAITI - Conflitos internos: [US says Haiti security mission could deploy 'in months', urges support](#). **Al Jazeera**, 22 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- IÊMEN - Crise estrutural e regional: [4 killed in explosion targets military ambulance in Yemen](#). **Xinhua**, 24 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Lebanese army says it exchanged tear gas, smoke bomb fire with Israel](#). **Reuters**, 23 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- MALI - Crise sociopolítica: [Mali junta delays February presidential election for 'technical reasons'](#). **France24**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- MIANMAR - Conflitos internos: [Junta troops kill 28 militia members in Myanmar's Sagaing region](#). **Radio Free Asia**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- NÍGER - Golpe de Estado: [Le départ de l'ambassadeur de France au Niger marque la fin d'un bras de fer avec la junte](#). **RFI**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Ukraine war: New Russian attack on Odesa, China war stance condemned, Kyiv drone strikes](#). **Euronews**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- SÍRIA - Crise regional: [Another attack against SDF in Syria's Deir Az-Zour province](#). **The New Arab**, 23 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.
- SUDÃO - Conflito interno: [6.3 million will face famine if political inaction persists in Sudan: UN](#). **Sudan Tribune**, 24 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS - Crise regional: [Polish Forces Thwart Another Attempt By Crowd Of Migrants To Break Through Border From Belarus](#). **MENAFN**, 24 set. 2023. Acesso: 25 set. 2023.
- ETIÓPIA - Crises internas: [Talks between Ethiopia, Egypt and Sudan over Nile dam end with no breakthrough](#). **Alarabiya News**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• LÍBIA - Instabilidade sociopolítica: [Officials detained as Libya awaits inquiry into deadly floods](#). **The Guardian**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

PERU - Crise sociopolítica: [Dos manifestantes interrumpen el discurso de Dina Boluarte en Nueva York](#). **El País**, 21 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [DRC'S Tshisekedi declares new 'war' on M23 at UN assembly](#). **The East African**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [Americas: Growing exodus of Venezuelans highlights failure of Colombia, Peru, Ecuador and Chile to comply with obligations](#). **Amnesty International**, 21 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

► EM MONITORAMENTO:

• COREIA DO NORTE - Crise regional: [S. Korea, U.S. stage joint naval drills in East Sea amid N.K. threats](#). **Yonhap News Agency**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [El Salvador Police Reports Contradict Bukele's Triumphalism](#). **Insight Crime**, 22 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• GUATEMALA - Instabilidade política: [The OAS and a Veiled Coup Attempt in Guatemala](#). **The Global Americans**, 21 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• ÍNDIA - Instabilidade social: [Manipur witnessing economic downturn, need immediate measures, says prof Chinglen Maisnam](#). **India Today**, 24 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• IRÃ - Instabilidade regional: [Iran says it defused 30 bombs in Tehran, detained 28 people, Tasnim reports](#). **Reuters**, 24 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• ISRAEL - Crise regional: [Israeli forces kill two Palestinians in West Bank raid, Hamas, emergency workers say](#). **Reuters**, 24 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [China defends South China Sea 'floating barrier' as Manila eyes its removal](#). **Al Jazeera**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [Moçambique: Exército com maior controlo de Cabo Delgado](#). **DW**, 24 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• NICARÁGUA - Crise política: [Boric ataca en la ONU al régimen de Ortega y pide levantar sanciones contra Cuba y Venezuela](#). **France 24**, 21 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• NIGÉRIA - Crises internas: [10 people killed in Boko Haram attack in Nigeria](#). **Anadolu Agency**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• PAQUISTÃO - Crise sociopolítica: [Pakistan economic crisis: 12.5 mn people fall below poverty line; World Bank flags dire situation](#). **WION**, 25 set. Acesso em: 25 set. 2023.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Instabilidade social: [Central African Republic sentences ex-president Bozizé to life imprisonment](#). **People Daily**, 25 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [More than 330,000 migrants have crossed El Darien so far this year, one fifth of them children](#). **Atalayar**, 24 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.

• TAIWAN - Tensões China-EUA: [PLA ground forces exercise deters Taiwan secessionists as long-range rockets, missiles, amphibious troops join 'unusual' drills around island](#). **Global Times**, 24 set. 2023. Acesso em: 25 set. 2023.